



SEÇÃO: METAFÍSICA E EPISTEMOLOGIA

## Autoconsciência vs. autoconhecimento em Kant: interpretações e evidências empíricas

*Self-consciousness vs. self-knowledge in Kant: a discussion with empirical evidences*

José Carlos Camillo<sup>1</sup>

[orcid.org/0000-0002-4110-3386](https://orcid.org/0000-0002-4110-3386)  
[josecarloscamillo@gmail.com](mailto:josecarloscamillo@gmail.com)

Recebido em: 17/08/2022.

Aprovado em: 28/10/2022.

Publicado em: 22/12/2022

**Resumo:** Este artigo pretende analisar de forma breve a diferença entre autoconsciência e autoconhecimento em Kant e tentará apresentar evidências empíricas para essa divisão, especialmente a partir da proposta de Klein (2012). Para isso, a fonte primária de pesquisa será a Crítica à Razão Pura (CRP). Este trabalho seguirá a seguinte estrutura: primeiro, será apresentado de forma resumida o que levou Kant a tratar da questão da autoconsciência; em seguida, será discutida a diferença entre autoconsciência e autoconhecimento na CRP levando em conta também comentaristas como Rosenberg e Longuenesse; por fim, algumas evidências empíricas dessa separação serão apresentadas a partir da argumentação de Klein (2012) e essas serão discutidas com base na proposta idealista do filósofo alemão.

**Palavras-chave:** Kant; autoconsciência; autoconhecimento; *self*.

**Abstract:** This paper intends to briefly analyze the difference between self-awareness and self-knowledge in Kant and will try to present empirical evidence for this division, especially from the proposal of Klein (2012). For this, the primary source of research will be the Critique of Pure Reason (CPR). This work has the following structure: first, what led Kant to address the issue of self-consciousness will be briefly presented; then, the difference between self-awareness and self-knowledge in CRP will be discussed considering this discussion among current commentators as well; finally, some empirical evidence of this separation will be presented based on Klein's (2012) arguments and these will be discussed based on the idealist proposal of the German philosopher.

**Keywords:** Kant; self-awareness; self-knowledge; *self*.

### 1 A relevância da autoconsciência na *Crítica à Razão Pura*

Para Kant, a autoconsciência é onipresente no pensamento e a base para o entendimento humano. Ele introduz o assunto da autoconsciência no parágrafo 16 de sua *Crítica à Razão Pura* (CRP). E esse parágrafo começa com a seguinte declaração: "O *eu penso* deve *poder* acompanhar todas as minhas representações" (KrV, B132).<sup>2</sup> De fato, é possível que ele tenha grande influência na forma como hoje se entende que a consciência humana depende da autoconsciência. Gabriel (2017, p. 112, tradução nossa), por exemplo, diz que "[...] até o presente a visão kantiana de que não há, de fato, nenhuma consciência sem autoconsciência é



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

<sup>1</sup> Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO, Brasil.

<sup>2</sup> As citações à obra de Kant seguem a notação da Kants gesammelte Schriften (KGS), Akademie der Wissenschaften. Neste caso, KrV indica o livro *Crítica à Razão Pura* (CRP) e as letras A e B indicam as duas edições do texto. Quanto ao texto, a referência é à tradução de Manuela dos Santos e Alexandre Morujão (KANT, 2001).

difundida [...]”.<sup>3</sup>

Quando se analisa o restante do parágrafo mencionado, percebe-se Kant explicando a necessidade da autoconsciência para que haja representações. Ele lida inicialmente com aquilo que está fora do “*eu penso*”: a intuição. A intuição seria uma espontaneidade, uma relação com o mundo que não passou pela consciência (KrV, B132). Por isso, Kant diz que ela ainda não é uma atividade consciente. E as duas edições diferentes da CRP apresentam implicações semelhantes de forma diferente para a relação entre a intuição e o pensamento humano. Na segunda edição, ele diz que as representações de uma intuição não seriam pertencentes à pessoa por não estarem reunidas em uma autoconsciência geral (KrV, B132) e que a representação se torna pensamento apenas quando ligado a uma consciência (KrV, B135). Já na primeira edição, isso fica um pouco mais claro, pois o filósofo alemão afirma que “Todas as intuições não são nada para nós e não nos dizem respeito algum se não puderem ser recebidas na consciência, penetrar aí direta ou indiretamente; somente por este meio é possível o conhecimento” (KrV, A117).

Desta introdução à autoconsciência é possível já notar qual a importância desse conceito para Kant. O primeiro motivo é que todas as representações das quais uma pessoa tem conhecimento acontecem na autoconsciência. Se, de fato, as únicas representações que ocorrem fora da autoconsciência não dizem respeito à pessoa, que é o caso das intuições (ou intuições puras como ele chama), então todas as representações que uma pessoa pode chamar de “dela” estão reunidas através da autoconsciência. Ou seja, se as representações fazem parte de todo o processo consciente e todas as representações que não estão sob o guarda-chuva da autoconsciência tam-

bém não podem ser chamadas de conscientes, então pode-se concluir que a autoconsciência é onipresente na consciência: toda representação consciente está unida à (pela) autoconsciência. O segundo motivo pelo qual esse tema é caro ao filósofo é porque ele, em sua investigação sobre as bases do conhecimento, entende que a autoconsciência é a base de tudo aquilo que sustenta o conhecimento humano. Como o primeiro motivo já foi resumido neste parágrafo e no anterior, o restante desta seção será dedicada ao segundo motivo: a autoconsciência como princípio supremo de todo entendimento, nas palavras de Kant.

Kant define, resumindo grosseiramente, os conhecimentos como a relação de representações atribuídas a um objeto (KrV, B137). A questão é que, para que essas representações se unam e sejam referidas ao objeto, é necessária uma unidade da consciência na qual essas representações serão agrupadas. Isso é melhor explicado posteriormente (KrV, B150), quando ele esclarece que a identidade de si aplica os conceitos (regras) de modo repetível aos diferentes objetos, dando origem, assim, à objetividade. Nas palavras de Kant: “A *unidade transcendental* da apercepção<sup>4</sup> é aquela pela qual todo o diverso dado numa intuição é reunido num conceito do objeto” (KrV, B140). Rosenberg (2005, p. 262) dá um exemplo interessante da necessidade dessa unidade. Quando alguém julga que S é P, a pessoa que está pensando acerca de S é a mesma que está pensando acerca de P, caso não fosse assim, nenhuma pessoa seria consciente que S é P. Em outras palavras, um juízo só pode ser formado se uma pessoa for capaz de unificar diferentes representações<sup>5</sup>.

Inclusive, a autoconsciência não é apenas a base para o conhecimento do mundo material,

<sup>3</sup> Do original, em inglês: [...] to the present day the Kantian view that there is actually no consciousness without self-consciousness is widespread [...].

<sup>4</sup> Wuerth (2010, p. 212) define a apercepção como a consciência que uma pessoa tem de sua própria existência, relacionado ao *eu penso*. Buroker (2006, p. 108) concorda com essa interpretação. Guyer (2010, p. 123) também parece seguir uma interpretação semelhante, já que ele cita várias passagens em que Kant fala da apercepção e as agrupa com outras em que Kant fala da unidade da autoconsciência. Porém, há quem discorde dessa interpretação. Longuenesse (2008, p. 15), por exemplo, entende a apercepção como uma atividade enquanto o *eu penso* se refere a uma proposição e não a uma substância. Posteriormente (LONGUENESSE, 2017, p. 79), a comentarista explica que a proposição “eu penso” *expressa* a atividade da apercepção.

<sup>5</sup> Rosenberg (2005) ainda recorda que o mesmo vale para a identidade pessoal em Kant. Segundo ele, uma pessoa não consegue deixar de representar o *eu* que pensa S em determinado instante como idêntico ao *eu* que pensa P em algum instante posterior.

mas é também a base para os conceitos transcendentais. Como ele mesmo diz:

Chegamos agora a um conceito que não foi indicado anteriormente na lista dos conceitos transcendentais, mas que, todavia, tem que lhe ser acrescentado, sem que no entanto se altere, no mínimo que seja, essa tábua ou se declare incompleta. Trata-se do conceito, ou se se prefere, do juízo *eu penso*. *Facilmente se vê que esse conceito é o veículo de todos os conceitos em geral e, por conseguinte, também dos transcendentais, em que sempre se inclui, sendo portanto transcendental como eles [...] (KrV, B400, grifo nosso).*

Na frase destacada da citação acima é possível perceber que para o autor o *eu penso*, aqui chamada de autoconsciência, é o veículo para os conceitos transcendentais também, não apenas dos fenômenos. Há duas razões para isso. A primeira, mencionada acima, é que nos conceitos transcendentais se inclui a autoconsciência. Isso porque quando se pensa nesses conceitos, as categorias inclusas, e/ou se aplicam esses conceitos nas representações de objetos, o sujeito pensante está consciente e, desse modo, a autoconsciência se faz presente. Assim, a onipresença da autoconsciência na cognição humana, mencionada no início deste trabalho, se mostra constante mesmo quando se fala dos conceitos transcendentais.

A segunda razão é porque, de fato, parece que, segundo a argumentação de Kant, os conceitos transcendentais dependem da autoconsciência não só porque ela está presente quando eles são abordados, mas porque eles se dão *através* dela. Note que na citação destacada acima, Kant menciona que o *eu penso* é *veículo* dos conceitos transcendentais. Não é difícil raciocinar o porquê de isso acontecer. Por exemplo, nos conceitos de tempo e espaço o eu pensante já está ali incluído. Isso porque o conceito de tempo, para Kant, é dependente e moldador do sujeito e nesse caso o *eu penso* está presente, e o conceito de espaço molda e agrupa os objetos e, conforme já discutido brevemente acima, os objetos são definidos por meio de representações que se encontram na autoconsciência. Dessa forma, os conceitos transcendentais de tempo e espaço (mas as ca-

tegorias também se incluem aqui) são aplicados por meio da atividade da autoconsciência.

Ou como diz Longuenesse (2008, p. 16), os objetos devem estar representados como pertencendo a um espaço e tempo únicos e é justamente a autoconsciência que permite essa unidade. Além disso, ela argumenta que para Kant o *eu* está comprometido em agrupar de forma consistente as variadas representações acerca de um objeto. Guyer (2010, p. 131) ainda complementa que essa conexão das representações com o *eu* é necessária e pode ser conhecida *a priori*.

Por isso, se Kant tenta explicar o conhecimento humano por meio dos conceitos transcendentais que seriam essenciais para que o conhecimento aconteça, então o conhecimento humano é inteiramente dependente da autoconsciência. Por causa disso, a autoconsciência é um tema tão importante para o filósofo. Na CRP, a autoconsciência assume um caráter universal no entendimento humano e um caráter basilar (ou veicular, se preferir) do conhecimento. Resta agora entender o que, de fato, é essa autoconsciência.

## 2 Diferenciando autoconsciência de autoconhecimento

Após discutir sobre a importância da autoconsciência na CRP, uma definição mais precisa desse conceito precisa ser apresentada, como será feito a seguir. A partir dessa definição, autoconsciência será contrastada com autoconhecimento.

O *eu penso*, ou a autoconsciência, em Kant não é muito fácil de ser entendido diretamente. Mas algumas passagens da CRP nos dão pistas do que de fato o autor pretendia dizer com esse conceito. Por exemplo, na última citação exposta anteriormente (KrV, B400), foi deixado de lado a parte em que se diz: “[...] mas [o *eu penso*] não poderia ter um título particular, porque apenas serve para apresentar todo o pensamento como pertencente à consciência.” Parece, então, que a autoconsciência pode ser definida mais pelo que ela faz (apresentar o pensamento à consciência) do que por algo que ela seja. De fato, em outro trecho isso fica mais claro:

Não podemos dar-lhe outro fundamento que não seja a representação *eu*, representação simples e, por si só, totalmente vazia de conteúdo, da qual nem sequer se pode dizer que seja um conceito e que é apenas uma mera consciência que acompanha todos os conceitos. Por este "eu", ou "ele", "aquilo" (a coisa) que pensa, nada mais se representa além de um sujeito transcendental dos pensamentos = X, que apenas se conhece pelos pensamentos, que são predicados e do qual não podemos ter, isoladamente, o menor conceito; [...] a consciência, em si mesma, não é tanto uma representação que distingue determinado objeto particular, mas uma forma de representação geral [...] (KrV, B403-404, grifo do autor).

Esse trecho deixa mais claro que o *eu penso* não é um conteúdo em si e seria até estranho chamá-lo de conceito, já que é vazio de conteúdo. Em KrV B278, o filósofo alemão ainda afirma que o *eu penso* não possui predicado de intuição. Em outras palavras, ele não é acerca de um objeto. Por isso que Kitcher (2017) chama a autoconsciência em Kant de representação vazia. Além disso, no texto acima, Kant diz que essa consciência não é uma representação de um objeto, mas uma forma de representação geral. Isso reforça a ideia mencionada no primeiro parágrafo desta seção de que a autoconsciência é mais bem definida por sua função de que por seu conteúdo. Sua função, conforme pode-se entender desse trecho, é representativa.

Kitcher (2017) argumenta que se pode dizer que a autoconsciência em Kant é definida por seu caráter combinador. Ou seja, a função da autoconsciência é combinar as diversas representações. Essa interpretação faz muito sentido com o que foi mostrado na primeira seção deste trabalho, já que, conforme visto, de fato a autoconsciência une as diversas representações de um objeto. Ela vai um passo além ao dizer que o *pensador* é o conjunto de representações estabelecidas por "ligações verdadeiras". Inclusive, Rosenberg (2005), baseado na definição kantiana de razão (A305/B362; A302/B359), entende que o *self* ou a autoconsciência se confunde com a própria razão em Kant, já que os dois se definem por essa função combinadora.

Longuenesse (2008, p. 22-23) destrincha essa função combinadora em três características que

lhe parecem essenciais à autoconsciência em Kant. A primeira é que o *eu* que se refere a ela é sempre sujeito. A segunda é que esse sujeito é indivisível, único, singular, para que ele possa realizar o que foi descrito na seção 1 (unificar as representações). A terceira característica que pode ser derivada disso é que esse sujeito é entendido como numericamente idêntico ao longo do tempo (pelo mesmo motivo do anterior).

Contudo, pode ser que essa não seja a única função (e características derivadas dela) do *eu* em Kant. Um outro trecho de não muito fácil interpretação versa o seguinte:

O "eu penso" exprime o ato de determinar a minha existência. A existência é pois, assim, já dada, mas não ainda a maneira pela qual devo determiná-la, isto é, pôr em mim o diverso que lhe pertence. Para tal require-se uma intuição de si mesmo, que tem por fundamento uma forma dada *a priori*, isto é, o tempo, que é sensível e pertence à receptividade do determinável. Se não tiver ainda outra intuição de mim mesmo, que dê o que é *determinante* em mim, da espontaneidade do qual só eu tenho consciência, e que o dê antes do ato de *determinar*, como todo o tempo dá o *determinável*, não poderei determinar a minha existência como a de um ser espontâneo; mas eu represento-me somente a espontaneidade do meu pensamento, isto é, do meu ato de *determinação* e a minha existência fica sempre determinável de maneira Sensível, isto é, como a existência de um fenômeno. Todavia é essa espontaneidade que permite que eu me denomine inteligência (KrV, B158, grifo do autor).

Esse trecho está falando de algo que já adianta um pouco o que será discutido no restante desta seção, que é a diferença entre a autoconsciência e o autoconhecimento em Kant. Porém, em meio a essa discussão, o autor lança luz sobre a definição de autoconsciência. Quando se tenta determinar o conceito de "eu" parece que duas coisas são necessárias, conforme a citação acima: uma intuição que dá o determinante e o tempo em que esse *eu* será determinado. Conforme já discutido anteriormente, a intuição é uma espontaneidade. Nesse caso, o *eu penso*, a autoconsciência, seria essa espontaneidade para se determinar como ser inteligente no tempo. Como diz Rosenberg (2005, p. 261, grifo do autor): "O 'eu' que pensa sempre permanece, por assim dizer, *fora* de qualquer relação predicativa representada por meio

do juízo como seu 'sujeito determinante', i.e., como o representador de todas essas representações."<sup>6</sup>

Contudo, intuição não parece ser a melhor forma de se definir a autoconsciência já que, posteriormente (KrV, B278), Kant diz que essa consciência não é uma intuição, mas um aspecto intelectual da espontaneidade de um ser pensante. Pode-se, nesse caso, retomar que a intuição seria uma relação com o objeto, o que de fato não ocorreria na autoconsciência já que ela é anterior a esse tipo de relação. Por isso, o autor diz que a autoconsciência é uma representação intelectual dessa espontaneidade. Ou seja, ela tem essa característica espontânea, mas não deriva de uma relação com objeto algum, antes provém espontaneamente da característica intelectual (poder-se-ia dizer racional?) dos sujeitos pensantes.

Rosenberg (2005, p. 257-258) lembra-se que neste ponto Kant define que o sujeito pensante seja uma ilusão transcendental (A297/B354). Ou seja, a substância que é o *eu pensante*, tal qual o númeno, não pode ser conhecida em si<sup>7</sup>. Pegando um exemplo dado por Rosenberg (2005), o *eu* seria como a seleção brasileira de futebol masculino. O time consiste em seus membros, mas nenhum membro é o time. E os membros podem mudar, por exemplo Ronaldo e Neymar jogaram na seleção, mas nenhum jogou com o outro. Nesse sentido que o *eu* seria uma ilusão, já que o entendemos como uma unidade que perdura, mas não dá para definir qual é a essência dessa unidade perdurante, para usar as palavras de Walker (2017).<sup>8</sup> Nesse caso, as três características que Longuenesse derivou da função combinadora na verdade indicam a forma como um indivíduo pode entender o *eu*, uma ilusão, mas que não corresponde ao que ele

de fato é. No entanto, apesar de não sabermos acerca da essência dessa autoconsciência, sabemos sua função (ou forma de representação, como diz Kant).

Por isso, é possível entender que a autoconsciência em Kant não tem apenas a função combinadora, como queria Kitcher, mas também (e talvez principalmente) tem a função determinante do sujeito. Por meio dessa espontaneidade, o sujeito pode localizar epistemicamente a si mesmo no tempo. E é justamente aqui que começam as diferenças entre autoconsciência e autoconhecimento em Kant. Já dá para perceber a partir dessa interpretação que a autoconsciência possibilita, dá origem e serve como veículo para o autoconhecimento. Como se dá, então, esse autoconhecimento?

Inicialmente, parece contraditório para o próprio Kant o fato de no *eu penso* o *eu* ser sujeito e que possamos falar a respeito do *eu* como predicado (KrV, B153). Essa aparente contradição é expressa por ele de diferentes formas: como o sujeito pode se tornar predicado<sup>9</sup>, como a substância ativa no pensamento pode se tornar passiva dele. Ora, Kant então percebe que existe uma diferença entre o *eu* enquanto sujeito pensante e aquilo que uma pessoa sabe acerca de si mesma e pode dizer: "eu gosto de sorvete".

Vale a pena insistir nessa definição. No autoconhecimento, o *eu* é o objeto do conhecimento. Dessa forma, esse conceito é definido pelo tipo de objeto que exprime, ou melhor, o ser ao qual se refere. Diante disso, duas possibilidades de esclarecimento se abrem. De acordo com uma primeira possibilidade, o conhecimento que tem o *eu* como objeto é um tipo de conhecimento diferenciado, privilegiado e direto. A segunda possibilidade é que esse conhecimento funcio-

<sup>6</sup> Do original, em inglês: The 'I' who thinks always remains, so to speak, *outside* any judgmentally represented predicative relationship as its 'determining subject' i.e., as the *representer* of all such *representings*.

<sup>7</sup> Pode parecer estranho que este trabalho esteja apresentando algumas características dessa autoconsciência já que ela tecnicamente não pode ser conhecida. No entanto, como Walker (2017, p. 206, acréscimos nossos) defende, "[...] até mesmo o próprio Kant está comprometido com [a ideia de] termos ao menos alguma crença verdadeira justificada sobre ela [a autoconsciência], mesmo que ele não queira usar a palavra 'conhecimento.'" Original, em inglês: [...] even Kant himself is committed to our having at least some justified true belief about it, even if he is unwilling to use the word 'knowledge'.

<sup>8</sup> Ou como diz Wuerth (2010, p. 213): "O que a pura consciência de nós mesmos é pura consciência de: uma coisa indeterminada em si mesma." Original em inglês: "What pure consciousness of ourselves is a pure consciousness of: an indeterminate thing in itself".

<sup>9</sup> Kant é bem enfático nesse aspecto: "Eu, como ser pensante, sou o sujeito absoluto de todos os meus juízos possíveis e essa representação de mim mesmo não pode ser utilizada para predicado de qualquer outra coisa." (KrV, A348, grifo nosso).

ne de forma semelhante ao conhecimento de qualquer outro fenômeno no mundo. Por isso, a definição de autoconhecimento em Kant parte da definição do objeto desse conhecimento (o *eu*). A partir disso, vem o problema do funcionamento desse conhecimento: de modo particular, privilegiado e direto (como defendia Descartes) ou de modo semelhante ao conhecimento dos fenômenos que Kant apresenta ao longo da CRP.

Kant define o autoconhecimento a partir da segunda possibilidade. O *eu* acerca do qual se afirma algo é conhecido, de acordo com o filósofo, como qualquer outro objeto: "[...] por ele nos intuimos apenas tal como interiormente somos afetados por nós mesmos, isto é, que no tocante à intuição interna conhecemos o nosso próprio sujeito apenas como fenômeno e não tal como é em si." (KrV, B156). Como o comentarista Guyer (2010, p. 145) afirma: "Ele enfatiza que essa restrição permanece mesmo no caso de autoconhecimento – isto é, que por meio das categorias podemos obter cognição mesmo de nós mesmos como nós aparecemos para nós mesmos, não como somos em nós mesmos [...]".<sup>10</sup>

Dessa forma, percebe-se que, diferente de Descartes que afirmava que o conhecimento do "eu" é não-mediado, o conhecimento do eu em Kant passa pelo mesmo processo do conhecimento de um objeto exterior: começa pela intuição, logo em seguida é reproduzido pela imaginação, para, por fim, ser reconhecido por meio dos conceitos e assim é entendido pelo sujeito (LONGUENESSE, 2017). Interessantemente,

em uma nota de rodapé, Kant diz que, apesar de parecer, ele não vê contradição nesse fato de que uma pessoa é assim afetada por si mesma (KrV, B157).

Outro detalhe importante sobre o autoconhecimento é que o objeto (o *eu*) é diferente em cada indivíduo. Memórias, desejos, informações pessoais entre outras coisas variam em cada indivíduo. Por causa disso, o autoconhecimento é particular a cada um. O mesmo não ocorre com a autoconsciência. Kant entende que a autoconsciência é uma característica comum a todos os humanos. O "eu penso", enquanto sujeito, não diferencia nenhum indivíduo. Não obstante o "eu penso" ser universal nesse aspecto, os indivíduos se diferenciam entre si.<sup>11</sup> Isso ocorre porque, segundo o filósofo, os indivíduos atribuem o "eu penso" que está presente neles a outros (KrV, A346-7/B405; A353). Pode-se pensar que, da mesma forma que um sujeito conhece o outro ele conhece a si mesmo (enquanto objeto de conhecimento e não enquanto sujeito).

Então, Kant diferencia autoconsciência de autoconhecimento.<sup>12</sup> Autoconsciência se refere, segundo ele, a uma espontaneidade que tem a capacidade de determinar o sujeito temporalmente. Ela é a base do conhecimento humano. Já o autoconhecimento se refere a algo que não se diferencia do conhecimento de qualquer objeto exterior. O Quadro 1 a seguir apresenta de maneira mais resumida.

<sup>10</sup> Do original, em inglês: He emphasizes that this restriction holds even in the case of self-knowledge – that is, that by means of the categories we can obtain cognition even of our own selves as we appear to ourselves, not as we are in ourselves.

<sup>11</sup> Longuenesse (2008, p. 26) argumenta que é por isso que Kant chama a autoconsciência de "forma de representação", já que é algo comum a todos os pensantes.

<sup>12</sup> Para confirmar essa diferenciação, há esse trecho do *Real Progress* de Kant (RP 20:270) citado em Walker (2017, p. 205, acréscimo nosso): "Que eu sou consciente de mim mesmo é um pensamento que já contém um *self* duplo, o *self* como sujeito e o *self* como objeto. Como seria possível que eu, que pensa, pode ser um objeto (ou intuição) para mim mesmo, e, então, distinguir eu mesmo de eu mesmo, é absolutamente impossível de explicar, apesar de ser um fato indubitável [...] Nós não estamos, contudo, nos referindo a uma dupla personalidade; apenas o *self* que pensa e intui é a pessoa, enquanto o *self* do objeto que é intuído por mim. Como outros objetos externos a mim, [é] a coisa.". Do original, em inglês: That I am conscious of myself is a thought that already contains a twofold self, the self as subject and the self as object. How it should be possible that I, who think, can be an object (of intuition) to myself, and thus distinguish myself from myself, is absolutely impossible to explain, though it is an undoubted fact... We are not, however, referring thereby to a dual personality; only the self that thinks and intuits is the person, whereas the self of the object that is intuited by me is, like other objects outside me, the thing.

**QUADRO 1** – Diferença entre autoconsciência e autoconhecimento em Kant

Autoconsciência	Autoconhecimento
Definida por sua função	Definida por seu objeto
Sujeito	Objeto
Sem conteúdo	Com conteúdo
Acesso imediato	Conhecimento do fenômeno por meio da intuição e atravessamento de conceitos
Substância ativa do pensamento	Objeto passivo do pensamento
Universal a todos os humanos	Particular ao indivíduo
Espontaneidade	Fenômeno

Fonte: Elaboração própria (2022).

A próxima seção deste trabalho tentará mostrar que existe, de fato, evidência empírica dessa dissociação entre “eus”. Claramente, evidências empíricas não apontam para essa diferenciação tão detalhada conforme demonstrada nesta seção. Mas é o objetivo da próxima seção apresentar alguns dados empíricos que tendem a concordar com a posição kantiana acerca do “eu”, a partir da proposta de Stan Klein.

**3 Evidências da dissociação entre autoconsciência e autoconhecimento**

Nesta seção, será apresentada a proposta de Klein (2012) acerca do *self*, as evidências empíricas que ele apresenta para sua proposta e, por fim, será feita uma tentativa de paralelo entre a proposta de Klein e a proposta de Kant. Não faz parte do plano de Klein fazer um contraponto com Kant, mas sua proposta empírica encontra algumas semelhanças interessantes com os conceitos kantianos. Por outro lado, as diferenças também precisam ser salientadas. É o que será feito nesta seção. O que será feito nesta seção será apenas para efeito de comparação com evi-

dência empírica. Isso não implica na necessidade de tal evidência para a proposta kantiana. No entanto, segue a linha de outros autores como Spelke (1990) que veem uma aproximação entre a conceituação kantiana e evidências empíricas. Dessa forma, esta seção é mais uma tentativa de aproximação nesse sentido.

Klein (2012) defende que há dois tipos de *self*. O *self* epistemológico seria o conjunto de sistemas neurais e cognitivos. Ele tem uma base neural múltipla, assumindo múltiplas funções que convergem (CAMILLO, 2022). Tal base múltipla inclui: a) memórias episódicas; b) sumário semântico de traços de personalidade; c) conhecimento semântico acerca da própria vida;<sup>13</sup> d) habilidade de refletir sobre si mesmo; e) habilidade de se reconhecer e representar corporalmente.

Além do *self* epistemológico existiria também um segundo tipo de *self*, o ontológico, que é subjetivo e fenomenal. Para ele, o *self* ontológico se origina a partir do *self* epistemológico, mas isso não faz com que um se reduza ao outro. Além disso, por ser subjetivo, pode ser difícil estudar cientificamente o *self* ontológico enquanto há

<sup>13</sup> Para esclarecer os três primeiros pontos dessa base múltipla, memórias episódicas se referem a memórias de episódios da vida de um indivíduo que são caracterizadas por imagens mentais desse episódio (têm aspectos quase-perceptuais, como cores, sons, cheiros e outros sentidos que parecem ser reconstruídos mentalmente) (CHENG, WERNING, 2016). O sumário semântico dos traços de personalidade são como uma pessoa costuma se definir em termos de personalidade usando conceitos: tímido, extrovertido, espontâneo, aventureiro, dedicado, trabalhador etc. Por fim, o terceiro ponto é o conhecimento semântico acerca da própria vida, como saber a data de nascimento, nome completo dos pais, nome da(o) esposa(o) e filhos e conhecimento acerca de aspectos importantes da própria vida, como profissões, cidades em que morou etc.

muitos estudos referentes ao epistemológico (CAMILLO, 2022).

Existem evidências empíricas que justificam essa diferenciação de *selfs*. Por exemplo, pessoas que sofrem com Alzheimer, especialmente em estágios mais avançados da doença, têm pouco ou nenhum reconhecimento de informações pessoais (*self* epistemológico), mas ainda mantêm um reconhecimento de sua agência e permanência ao longo do tempo (*self* ontológico) (STRIKWERDA-BROWN *et al*, 2019). Outro caso paradigmático é o do paciente D.B., que não era capaz de se lembrar de informações pessoais, mas mantinha traços de seu jeito e personalidade reconhecidos por outras pessoas. Um último exemplo ainda mais marcante é o de Zasetzky, um ex-combatente da II Guerra Mundial que sofreu lesões cerebrais durante a guerra. Essas lesões fizeram que ele se tornasse afásico, desorientado perceptualmente e proprioceptualmente e com uma amnésia profunda, mal se lembrando de fatos de sua vida. Apesar de todo esse déficit relacionado ao *self* epistemológico, o ex-soldado ainda mantinha sua subjetividade intacta.<sup>14</sup>

Além desses exemplos em que há déficit no *self* epistemológico sem haver déficit no *self* epistemológico, Klein (2012) também apresenta casos em que o reverso ocorre. Por exemplo, em casos de automatismo epiléptico, as funções cognitivas relacionadas ao *self* epistemológico permaneciam em bom funcionamento, mas havia uma *apessoalização* do sujeito. Em outras palavras, havia uma ausência de subjetividade.

Pode ser útil aqui fazer uma ponte entre a proposta de Klein e a diferença entre a autoconsciência e autoconhecimento em Kant. À primeira vista, parece existir uma clara semelhança entre o *self* ontológico de Klein e a autoconsciência de Kant e entre o *self* epistemológico de Klein e o autoconhecimento em Kant. No entanto, existe uma diferença que pode ser crucial: no raciocínio de Klein, o *self* epistemológico dá origem ao *self* ontológico. Isso não se harmoniza de modo algum com o que Kant defende a partir do que foi dis-

cutido nas duas primeiras seções. O argumento de Klein é: desenvolve-se uma subjetividade a partir do conhecimento de si. Já Kant acredita que se não houver uma consciência que seja capaz de unir representações e reconhecer por meio de conceitos os objetos, então não haveria, de forma alguma, conhecimento, seja do mundo exterior, seja do mundo interior.

O que se pode considerar, porém, é que Klein não levou em conta a argumentação kantiana e, além disso, desconsiderou algumas evidências empíricas que parecem favorecer a conclusão do idealista alemão. O que se percebe, como Kant afirmava, é a universalidade do *self* ontológico (que aqui está sendo equiparado à autoconsciência) enquanto o *self* epistemológico pode sofrer avarias. Além dos casos de amnésia mencionados pelo próprio Klein, é interessante o texto de Strikwerda-Brown *et al* (2019) em que as pesquisadoras mostraram que a noção de eu pensante permanece mesmo nos casos mais severos de demências. Elas se utilizam de três tipos de demência: a doença de Alzheimer (que corresponde a uma demência que destrói a memória episódica); a amnésia semântica (que corresponde a uma demência que destrói a memória semântica, como o nome já diz); e a versão comportamental da demência proto-temporal (vcDPT) (um tipo de demência em que o paciente não apenas perde significativamente a memória episódica e semântica, mas também tem inconstâncias muito fortes em seu humor e comportamento).

Em todos esses casos, o *self* epistemológico foi gravemente afetado. Inclusive, em se tratando de estágios mais avançados das condições citadas, pode-se notar a falta quase total de conhecimento de si mesmo, especialmente na vcDPT em que não apenas as memórias são afetadas, mas os costumes, hábitos e trejeitos. No entanto, em todas elas as pesquisadoras demonstraram a presença não só da sensação, mas também da certeza que esses pacientes têm de ser uma subjetividade, um ser pensante. Dessa forma,

<sup>14</sup> Para uma breve discussão sobre o uso de casos como o de D.B. e Zasetzky para sustentação argumentativa, ver Camillo (2022, p. 103).

parece que a posição kantiana parece muito mais conectada aos dados empíricos que a proposta de Klein. Afinal, o *self* ontológico persiste quando o *self* epistemológico é afetado, apontando para a onipresença do *self* ontológico (aqui sendo posto como análogo à autoconsciência) na consciência.

Mais ainda porque nos casos citados por Klein de ausência da autoconsciência, o que temos de relato é uma total ausência de consciência apesar das ações automatizadas. O que Klein chama de automatismo epiléptico é resultado de um tipo de epilepsia chamada de epilepsia de ausência. Basicamente, o paciente quando em crise epiléptica não tem convulsões como costuma ocorrer em outros tipos de epilepsia. Ao contrário, o paciente continua agindo como se nada tivesse acontecido. No entanto, apesar de agirem aparentemente de modo normal, o que se percebe é uma total ausência de consciência. Os pacientes não são capazes de relatar nada do que fizeram ou sentiram nos momentos de crise (MERKER, 2007). Portanto, o paciente não consegue adquirir ou processar informações acerca de si mesmo quando lhe falta o *self* ontológico. Por isso, parece mais provável dizer que o *self* epistemológico deriva do *self* ontológico.

Mais do que isso, a noção kantiana de que a consciência depende de uma autoconsciência (ou de que a autoconsciência é onipresente na consciência) parece ser evidenciada. Isso porque justamente quando há a ausência do *self* ontológico, há também a ausência da consciência. Em outras palavras, nos casos em que se pode dizer que uma pessoa não está autoconsciente, também se pode dizer que ela não está consciente. Então, até é possível sugerir, sim, que há evidência de que há uma separação entre a autoconsciência e o autoconhecimento e que, como Kant defendia, o autoconhecimento depende da autoconsciência.

Conforme já dito, não se pretende comprovar com este trabalho a proposta kantiana. Até porque os dados científicos disponíveis não lidam com a complexidade do tema da autoconsciência em Kant, que foi resumido nas duas primeiras seções. Apesar disso, as evidências, limitadas como são,

parecem corroborar a autoconsciência kantiana. Especialmente na diferenciação entre autoconsciência e autoconhecimento e na universalidade da autoconsciência na consciência.

É possível ainda perceber que a caracterização que Kant faz do autoconhecimento também tem base empírica. Isso porque, se, de fato, for correto associar o *self* epistemológico com o autoconhecimento, então fica mais evidente que o autoconhecimento não é direto e não-mediado como o queria Descartes com seu *cogito*. Antes o autoconhecimento parece passar por processos semelhantes ao conhecimento do mundo exterior.

Tome-se o exemplo da memória episódica que é constitutiva do *self* epistemológico. A memória episódica é o tipo de memória em que o sujeito é capaz de quase-experienciar o que viveu no passado. Diferentemente da memória semântica, que é a memória para fatos, a memória episódica é o tipo de memória que reconstrói imagens e cenas na mente do sujeito (MICHAELIAN, 2016). Acontece que a memória episódica é, provavelmente, construída mentalmente por meio de probabilidades, conforme as experiências vividas pelo sujeito (DE BRIGARD, 2014). Isso faz com que ela sofra alterações e não corresponda exatamente ao evento passado. Se o eu fosse diretamente consciente de si, como Descartes defendia, então seria de se supor que as informações de uma pessoa acerca de si mesmas fossem sempre verdadeiras, inclusive em se tratando das memórias episódicas. Não é o que acontece, no entanto. Assim como as memórias episódicas acerca de objetos externos, as memórias que se referem a informações pessoais também são construídas por meio de probabilidades, conforme as experiências do sujeito. Nesse caso, as memórias episódicas podem sofrer alterações, por exemplo, de perspectiva (o sujeito deixa de se ver em primeira pessoa e passa a se ver em terceira pessoa; [MCCARROLL, 2018]) e de sensação (por exemplo, ações que o sujeito realizou e que ele inicialmente considerava incorreções morais graves, com o passar do tempo passam a ser consideradas infrações leves e até mesmo acertos morais [STANLEY, 2017]). Dessa forma,

é mais coerente dizer que o autoconhecimento ocorre da mesma forma que o conhecimento daquilo que é externo, como Kant defendia, do que dizer que esse tipo de conhecimento é não-mediado, como Descartes defendia.

Portanto, evidências empíricas parecem corroborar não apenas a separação entre autoconsciência e autoconhecimento que Kant propôs, mas também apontam para a onipresença da autoconsciência na consciência e sua necessidade para que haja autoconhecimento. Além disso, essas evidências parecem apontar também para o fato de que o autoconhecimento funciona de forma semelhante ao conhecimento daquilo que é externo à pessoa.

### Considerações finais

Neste artigo, foi analisado de forma breve o conceito de autoconsciência em Kant, que tem grande importância para a construção da *Crítica à Razão Pura*, conforme argumentado na primeira seção. É o "eu penso", a autoconsciência que sustenta a construção de conhecimento. A partir de então, uma definição mais primorosa de autoconsciência foi estabelecida na segunda seção, fazendo um diálogo com comentaristas atuais da obra de Kant. Com isso, argumentou-se que a autoconsciência se define mais por sua função e que, além de ser uma espontaneidade sem um conteúdo, ela determina o sujeito que conhece. Por outro lado, foi apresentado também o conceito de autoconhecimento segundo o filósofo alemão. Autoconhecimento é marcado por seu conteúdo, que é objeto de conhecimento (o *eu*) e pela forma de conhecimento: semelhante ao conhecimento de qualquer outro objeto no mundo.

O *eu*, no autoconhecimento, se apresenta como fenômeno para si mesmo. A partir dessas definições, foi estabelecida uma diferença entre elas. Então, foi levantado um diálogo com conceitos que Klein levantou baseado em evidências empíricas. O objetivo desse diálogo foi estabelecer uma aproximação da proposta kantiana com evidências empíricas. Segundo foi argumentado, evidências empíricas favorecem a posição kantiana sobre a kleiniana. Apesar de não

ser necessário, a discussão da filosofia kantiana com estudos empíricos pode ser vantajosa tanto para o filósofo que estuda o idealismo quanto para o cientista que busca compreender melhor algumas implicações de seus estudos ou mesmo que direção tomar a partir deles. Espera-se que este artigo seja apenas um pequeno passo nessa direção.

### Referências

BUROKER, J. V. *Kant's Critique of Pure Reason: an introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

CAMILLO, J. C. Identidade pessoal e responsabilidade moral: John Locke mais uma vez. In: LIMA, A.; SILVA, F. (org.). *Filosofia em rede: educação como prática de liberdade*. Goiânia: Phillos Academy, 2022. p. 99-112.

CHENG, S.; WERNING, M. What is Episodic Memory if it is a Natural Kind? *Synthese*, [S. l.], n. 193, p. 1345-1385, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11229-014-0628-6>. Acesso em: 20 ago. 2022.

DE BRIGARD, F. Is memory for remembering? Recollection as a form of episodic hypothetical thinking. *Synthese*, [S. l.], v. 191, n. 2, p. 155-185, 2014.

GABRIEL, M. *I am not a brain: philosophy of mind for the twenty-first century*. Cambridge: Polity Press, 2017.

GUYER, P. The deduction of the Categories: the metaphysical and transcendental deductions. In: GUYER, P. (ed.). *The Cambridge Companion to Kant's Critique of Pure Reason*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 118-150.

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. 5. Ed. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KITCHER, P. The critical and "empty" representation "I Think". In: O'SHEA, J. R. *Kant's Critique of Pure Reason: a critical guide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 140-162.

KLEIN, S. B. The self and its brain. *Social Cognition*, [S. l.], v. 30, n. 4, p. 474-518, 2012.

LONGUENESSE, B. Kant's "I Think" versus Descartes' "I am a thing that thinks". In: GARBER, D.; LONGUENESSE, B. (ed.). *Kant and the early moderns*. Princeton: Princeton University Press, 2008. p. 9-31.

LONGUENESSE, B. *I, me, mine: back to Kant, and back again*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

MCCARROLL, C. *Remembering from the Outside: Personal Memory and the Perspectival Mind*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

MERKER, B. Consciousness without a cerebral cortex: a challenge for neuroscience and medicine. *Behavioral and brain sciences*, [S. l.], v. 30, p. 63-134, 2007.

MICHAELIAN, K. *Mental time travel: episodic memory and our knowledge of the personal past*. Cambridge: The MIT Press, 2016.

ROSENBERG, J. F. *Accessing Kant: a relaxed introduction to the Critique of Pure Reason*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

SPELKE, E. Principles of object perception. *Cognitive Science*, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 29-56, 1990.

STANLEY, M. L.; HENNE, P.; IYENGAR, V.; SINNOTT-ARMSTRONG, W.; DE BRIGARD, F. I'm not the person I used to be: the self and autobiographical memories of immoral actions. *Journal of Experimental Psychology: General*, [S. l.], v. 146, n. 6, p. 884-895, 2017.

STRIKWERDA-BROWN, C.; GRILLI, M. D.; ANDREWS-HANNA, J.; IRISH, M. "All is not lost" – rethinking the nature of memory and the self in dementia. *Ageing Research Reviews*, [S. l.], v. 54, e100392, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.arr.2019.100932>. Acesso em: 20 ago. 2022.

WALKER, R. C. S. Self and selves. In: GOMES, A.; STEPHENSON, A. *Kant and the philosophy of mind: perception, reason, and the self*. Oxford: Oxford University Press, 2017, p. 204-220.

WUERTH, J. The paralogisms of Pure Reason. In: GUYER, P. (ed.). *The Cambridge Companion to Kant's Critique of Pure Reason*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 210-244.

---

## José Carlos Camillo

Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), em Cuiabá, MT, Brasil. Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia, GO, Brasil. Bolsista de doutorado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), em Goiânia, GO, Brasil. Bolsista de doutorado-sanduiche pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

---

## Endereço para correspondência

José Carlos Camillo

Universidade Federal de Goiás

PPGFIL - Programa de Pós-Graduação em Filosofia

R. Jacarandá - Chácara Califórnia, Campus Samambaia (Campus II)

Prédio de Humanidades II (Piso I)

74690-900

Goiânia, GO, Brasil

*Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do autor antes da publicação.*